

---

Pedro de Pezarat Correia

WP/CEAUP#2007/08

**Amílcar Cabral, o  
combatente da libertação  
colonial e o cidadão  
africano\***



---

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO



- O combatente da luta de libertação colonial e o cidadão africano, duas facetas da personalidade de Amílcar Cabral intimamente associadas, porque se desenvolveram simultaneamente e se influenciaram mutuamente.
- Amílcar Cabral e a Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos, em Lisboa, onde se formou o núcleo embrionário da coordenação da luta e libertação nas várias colónias portuguesas, o MDCP, o MAC, a FRAIN, a CONCP, o seu papel quando, depois do 25 de Abril, chegou o momento de negociar a transferência do poder.
- A reflexão cultural de Amílcar Cabral como inspiração da sua acção política: a "reafirmação dos espíritos", o "regresso às origens", o "papel da cultura na luta pela independência".
- A luta de libertação colonial e a sua ligação à luta contra a ditadura em Portugal.
- As tentativas frustradas de Amílcar Cabral para levar o Estado Português a negociar.
- O pensamento de Amílcar Cabral sobre a guerra de guerrilhas em "Palavras de Ordem": o guerrilheiro, o revolucionário, o pensador, o político, generalizadamente considerado um dos maiores vultos da libertação de África.
- The colonial freedom fighter and the African citizen are two sides of Amílcar Cabral's personality, intimately associated because they have developed simultaneously and influenced each other.
- Amílcar Cabral, the Casa dos Estudantes do Império and the Centre of African Studies, in Lisbon, where the embryonic nucleus for the coordination of the fight for liberation in several Portuguese colonies was formed. The MDCP, the MAC, the FRAIN, the CONCP and their role when, after the 25th April, the moment arrived to negotiate the transfer of power.
- The cultural reflection of Amílcar Cabral as an political action's guide: the "reaffirmation of spirits", the "return to the origins", the "role of culture in the fight for independence".
- The fight for colonial liberation and the connection to the fight against dictatorship in Portugal.
- The frustrated attempts of Amílcar Cabral to force the Portuguese to negotiate.
- The thought of Amílcar Cabral on the war of guerrillas in "Palavras de Ordem": the man of guerrilla, the revolutionary, the thinker, the politician, generally considered one of the greatest individuals of the liberation of Africa.



1. As duas faces que pretendo pôr em destaque da rica personalidade de Amílcar Cabral e que estão presentes no título desta comunicação, o combatente da luta de libertação colonial e o cidadão africano, estão intimamente associadas. Porque foi a sua consciência de cidadão africano, a percepção de que se impunha aos africanos o rompimento com a servidão, que o lançou na luta de libertação que viria a liderar nos campos das ideias e da sua aplicação prática, mas foi também o papel que assumiu na conduta e o sentido que conferiu à reflexão acerca da luta de libertação da África e não apenas do seu próprio país, que o projectaram para o palco da cidadania africana.

Estas duas componentes da figura e da vida de Amílcar Cabral desenvolveram-se simultaneamente e influenciaram-se mutuamente.

Nascido na Guiné-Bissau, filho de pais cabo-verdianos aí fixados, transfere-se com os pais para Cabo Verde com 5 anos de idade, conclui os estudos primários na ilha de Santiago e os secundários na de São Vicente. Daqui que desde a sua infância tenha interiorizado, naturalmente, a unidade de Cabo Verde e Guiné-Bissau. Aliás, o termo cabo-verdiano tinha, na então colónia portuguesa da Guiné, um sentido próprio, pois eram assim conhecidos os mestiços, nascidos ou não na Guiné, exactamente porque a população de Cabo Verde era originariamente mestiça, produto do cruzamento de europeus maioritariamente portugueses e de africanos predominantemente guineenses. Ser-se cabo-verdiano na Guiné não significava necessariamente ter-se nascido ou ser-se originário de Cabo Verde. Mas Amílcar Cabral reunia esta dupla condição, era misto nascido na Guiné-Bissau e era de família originária de Cabo Verde e, por isso, para ele, a qualidade de cabo-verdiano e guineense confundiam-se numa nacionalidade comum.

É com a sua transferência para Lisboa, onde frequentou e concluiu brilhantemente a

sua formatura universitária em engenharia agrónoma, com o apoio de uma bolsa da Casa dos Estudantes do Império (CEI), que tanto viria a marcar o seu trajecto cívico, cultural e político, que a sua consciência cívica vai assumir uma nova dimensão, a de cidadão africano.

Na CEI vai encontrar e conviver com outros estudantes africanos naturais das várias colónias portuguesas, que com ele comungavam preocupações com a situação de sujeição colonial dos seus países e começaram a reflectir sobre o processo de libertação que, aliás, começava a tomar forma nas colónias de outras potências europeias. Estava-se nos fins da década de 40, princípios da de 50 do século passado e a dinâmica da descolonização desencadeada pelo fim da II Guerra Mundial começava a dar frutos e os nacionais das colónias portuguesas não lhe eram alheios. Esse grupo de estudantes mantinha ligações com os sectores da oposição portuguesa, que a ditadura de Salazar obrigava à clandestinidade, mas depressa se apercebeu que a sua luta era outra. Fundou o Centro de Estudos Africanos (CEA) e iria constituir o núcleo embrionário da luta de libertação anti-colonial em Portugal, que a intransigência e a violenta repressão do Estado Português iria empurrar para a luta armada que se traduziria em 13 anos de guerra colonial. Foi a CEI e o CEA que possibilitaram e promoveram o encontro e relacionamento de Amílcar Cabral com Francisco José Tenreiro e Alda Espírito Santo de São Tomé e Príncipe, com Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Lúcio Lara de Angola, com Marcelino dos Santos e Noémia de Sousa de Moçambique, com Vasco Cabral da Guiné-Bissau, com Aquino de Bragança de Goa os quais, com muitos outros, viriam mais tarde a assumir um papel de primeiro plano nas lutas da pré-independência, como Cabral também chamava às lutas de libertação, nos seus próprios países.

No CEA este núcleo de futuros dirigentes promovia a actividade e a organização política, mas também a reflexão cultural e Cabral começa a dedicar-se ao que chamava a “reafirmção dos espíritos”, que viria a aprofundar na temática do “regresso às origens”, para a qual procura o sentido exacto que considerava ser muitas vezes deturpado. Foi um tema importante no pensamento de Amílcar Cabral, que fazia questão em destacar o papel da cultura na luta pela libertação nacional. Numa notável conferência que proferiu na UNESCO, em Paris, em Julho de 1972, a que deu, exactamente, o título “Sobre o Papel da Cultura na Luta pela Independência”, salientava que «(...) os movimentos pela independência são em geral marcados, mesmo na sua face inicial, pelo desenvolvimento de manifestações de carácter cultural (...)», porque o povo colonizado guarda bem viva a sua cultura e através dela resiste contra a opressão cultural, a assimilação e desaculturação, que é uma das componentes da dominação colonial. Considerava Cabral que o alvo desse vector cultural do colonialismo era a pequena burguesia nativa, que se situava perto do topo da pirâmide social colonial, mas que não atingia, na base camponesa da pirâmide, a esmagadora maioria da sociedade colonizada que preservava a sua identidade. Por isso ia mais longe na sua reflexão do que os que incluíam o regresso às origens na teorização do pan-africanismo, do pan-negrismo e da negritude, movimentos conduzidos pelos descendentes da diáspora africana no continente americano, forçada pela escravatura, formas de mostrarem a sua solidariedade com os movimentos de libertação das terras de origem dos seus antepassados. Dizia Amílcar Cabral naquela conferência na UNESCO que «(...) o regresso às origens só é historicamente consequente se implicar, não apenas uma integração real na luta pela independência, mas também uma total e definitiva identificação com as aspirações das massas populares (...)». Con-

siderava, portanto, que a resistência cultural era também um problema de classe social, na linha do pensamento marxista que, em muitos aspectos, perfilhava.

2. Concluída a sua licenciatura Amílcar Cabral foi trabalhar como engenheiro agrónomo para a Guiné-Bissau e a sua actividade profissional, facultando-lhe frequentes viagens pelo interior do país, proporcionando-lhe um maior contacto com as populações e o consequente espaço para o proselitismo político dos ideais da libertação do regime colonial, oportunidades que não desperdiça. As autoridades coloniais apercebem-se da sua actividade clandestina e do prestígio que ia conquistando, numa altura em que nas colónias britânicas e francesas, algumas bem próximas da Guiné-Bissau, a marcha para a independência era já imparável, gerada e acelerada pela vaga desencadeada pelos efeitos acumulados do fim da II Guerra Mundial, da fundação da ONU e da Conferência de Bandung. Cabral foi obrigado a abandonar a Guiné em 1955 e a fixar-se em Lisboa, onde prosseguiu a sua actividade política mantendo, no entanto, os contactos com o seu país onde estava autorizado a deslocar-se em curtas visitas a sua mãe. Em 1956 funda, com outros dirigentes guineenses o Partido Africano para a Independência (PAI), que em 1960 se transformaria no Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), cujo nome expressa com toda a clareza a ambição de uma luta comum que pudesse conduzir a uma unidade dos dois países uma vez independentes. Cabral, com a direcção do PAIGC que desde a sua fundação liderou, iria então fixar-se em Conakry.

Enquanto permaneceu em Lisboa retomou contactos anteriores do seu tempo de estudante na CEI, incluindo com meios da oposição portuguesa. E, pela sua actividade profissional, visita diversas vezes Angola onde manteve



ligações com nacionalistas angolanos, vindo mesmo a participar, em 1956, na fundação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), um dos precursores do futuro Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). E colaborou em actividades clandestinas que iriam estar na origem deste movimento. É o nacionalista guineense e cabo-verdiano a sentir o apelo mais vasto do cidadão africano, da solidariedade numa luta comum. Como disse Amadou M'Bow, antigo director-geral da UNESCO, no Simpósio Amílcar Cabral que, na cidade da Praia, em Setembro de 2004, assinalou o 80.º aniversário do nascimento do fundador do PAIGC, Cabral sentia-se tanto angolano em Angola e moçambicano em Moçambique, como era guineense e cabo-verdiano. Esta solidariedade com outros líderes africanos tinha, como já vimos, raízes no convívio que, em anos anteriores, cultivara em Lisboa na CEI e no CEA. Reunindo representantes das várias colónias portuguesas fora criado, em 1954, o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), que em 1957 deu lugar ao Movimento Anti-Colonial (MAC), mais tarde, em 1960, se transformou na Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) e, por fim, em 1961, na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Esta evolução terminológica não se tratava de um mero capricho semântico mas correspondia a um progressivo alargamento de países e partidos aderentes e a um aprofundamento dos objectivos da organização que, com a última designação, duraria até às independências. Cabral teve sempre um papel de relevo na concretização destas iniciativas que transcendiam a restrita luta nacionalista, percebendo que, apesar de identidades específicas de cada colónia, havia contextos e objectivos comuns, porque era a mesma a potência colonial e o regime colonial contra o qual luta-

vam e porque, afinal, a luta em cada uma das colónias contribuía para o sucesso da luta em todas elas.

Estas organizações transnacionalistas, que na CONCP acabaram por integrar representantes de todas as colónias portuguesas de África, vieram a confirmar o alcance da visão estratégica dos seus fundadores, vindo a revelar-se determinantes na coordenação da luta dos vários movimentos de libertação, na captação de apoios externos e, até, nas ligações à oposição anti-fascista e anti-colonialista portuguesa. Depois do 25 de Abril de 1974, perante as hesitações iniciais da Junta de Salvação Nacional de Lisboa nos contactos que procurou com os movimentos de libertação, estes concertaram as suas reivindicações no sentido de exigirem que Portugal comesse por reconhecer o direito dos povos das colónias à autodeterminação e independência. Tinha-se entrado num círculo vicioso pois enquanto a Junta de Salvação Nacional exigia que os movimentos de libertação aceitassem o cessar-fogo como condição para encetar negociações com vista à definição das futuras opções políticas para as colónias, os dirigentes dos movimentos, em uníssono, exigiam que Portugal comesse por reconhecer o direito dos povos das colónias à independência como condição para negociarem o cessar-fogo. Mas, mais ainda, os movimentos das colónias que estavam em guerra e, onde Portugal tinha premência em chegar a um cessar-fogo, fizeram depender, as negociações da extensão daquele reconhecimento às colónias onde a luta de libertação não tinha chegado ao patamar da luta armada. A solidariedade na CONCP revelar-se-ia decisiva para as negociações da independência de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde. O círculo vicioso só se rompeu com a cedência de Portugal quando, com a Lei 7/74 de 27 de Julho de 1974, reconheceu expressamente o direito à autodeterminação das colónias com todas as



consequências, incluindo a aceitação da independência. Reconhecimento que foi reiterado dias mais tarde, em 3 de Agosto, no comunicado conjunto que rematou as conversações em Lisboa entre o secretário-geral da ONU e o Governo Português, que reafirmava o conteúdo da Lei 7/74 indo mesmo mais longe, pois, implicitamente conferia aos movimentos de libertação legitimidade para representarem os povos das respectivas colónias nas negociações com Portugal.

Mas a conjugação revolucionária do ideal nacionalista e da consciência de solidariedade internacionalista de Amílcar Cabral, como de outros dirigentes das colónias portuguesas, atingiu ainda maior expressão quando admitiu que os reflexos da luta nas colónias pudessem mesmo estender-se a Portugal. Numa conferência da CONCP, em Dar-es-Salam em 1965, Cabral surpreendeu mesmo os representantes do Partido Comunista Português, presentes como observadores, quando admitiu que os movimentos de libertação pudessem estender a luta armada a Portugal, abrindo uma quarta frente em pleno território da metrópole colonial. Segundo José Pedro Castanheira, no seu livro *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*, Agostinho Neto e Samora Machel, também presentes, apanhados desprevenidos, reagiram de formas diferentes, o primeiro com reservas e o segundo apoiando. No fundo, Amílcar Cabral dirigia, implicitamente, uma crítica à oposição portuguesa, pela incapacidade de recorrerem à luta armada pela libertação de Portugal.

Os dirigentes dos movimentos de libertação das diversas colónias repetiam, com frequência, que a luta que travavam era contra o regime colonial e não contra o povo português e eram consequentes nessa posição, mantendo relações com os sectores da oposição democrática portuguesa os quais, pelo seu lado, reconheciam a legitimidade das suas reivindicações.

Amílcar Cabral foi dos que mais persistentemente expressaram essas posições. Dizia em 1971, numa entrevista que J. P. Castanheira reproduz, que «*Se em Portugal se instalasse um governo que não fosse fascista, mas fosse democrático, progressista, reconhecedor do direito dos povos à autodeterminação e à independência, a nossa luta não teria razão de ser*». E, até, dando algum excessivo benefício da dúvida à “primavera marcelista” quando ainda se pensava que Marcello Caetano, quando em 1968 assumiu a presidência do Governo Português, pudesse inverter a teimosia suicida de Salazar, terá afirmado que estava pronto a ajudar Caetano a ser o De Gaulle português, ou seja, a ser o homem que, vindo do interior do regime colonial, pudesse reconhecer que este se esgotara e havia que encontrar a forma de lhe por termo.

Mas Cabral também tinha noção exacta dos espaços onde a luta devia ser travada, rejeitando propostas aventureiristas e inconsequentes, o que revela um lúcido sentido estratégico. J. P. Castanheira conta como na 1.ª Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas e da África Austral, em 1969, alguém terá adiantado uma proposta para que Portugal fosse expulso da ONU, o que Cabral rejeitou por não trazer quaisquer benefícios à luta contra o colonialismo português. Não foi por acaso que o PAIGC foi considerado, depois do início da luta armada, o mais consequente dos movimentos de libertação africanos e não apenas das colónias portuguesas.

3. Já o disse atrás e repito-o, a passagem da luta de libertação nas colónias portuguesas ao patamar da luta armada foi da inteira responsabilidade do Estado Português, quando respondeu com a repressão violenta, administrativa, policial e militar, às tentativas dos movimentos nacionalistas para procurarem soluções políticas através de negociações. Todos os líderes das colónias o tentaram fre-



quentemente, isoladamente ou através das organizações transnacionais e Amílcar Cabral foi, também nesse aspecto, dos mais persistentes, desde antes do início da luta armada, depois do seu desencadeamento e até ao fim dos seus dias. Na sua vasta teorização sobre a luta de libertação sempre considerou que a luta de libertação é, essencialmente, um facto político e que os métodos políticos podem incluir o emprego da violência mas apenas para responder e liquidar a violência armada da dominação colonial.

Ainda em 1960 e antes da passagem do PAI a PAIGC, foi enviado um memorando ao Governo Português no qual este era responsabilizado pela via que viesse a assumir a luta contra o domínio colonial na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Lembra que Portugal ainda estava a tempo de optar entre uma solução pacífica e a guerra de libertação. E, em 1962, perante o Comité dos 5, Comité Especial da ONU para os Territórios sob Administração Portuguesa, reunido em Conackry, Cabral defendeu negociações com Lisboa para se chegar a uma solução pacífica para o acesso à independência. Em Dezembro desse mesmo ano de 1962, a um mês do ataque ao quartel do exército Português em Tite que marcou o início da guerra do PAIGC contra Portugal, na IV Comissão da Assembleia-geral da ONU, expôs as três alternativas possíveis, ou mudança radical da posição de Lisboa, ou uma intervenção da ONU ou, então, a luta dos nacionalistas pelos seus próprios meios, sublinhando que esta última era a solução menos desejável. Mas considerava que o diálogo continuava possível mesmo depois de se ter verificado o início da luta armada. No comunicado com que o PAIGC deu a conhecer o ataque ao quartel de Tite, em 23 de Janeiro de 1963, afirmava que continuava aberto a soluções pela via da negociação, proposta que reiteraria em sucessivas oportunidades, mesmo quando, no início do governo de Marcello Caetano, a situa-

ção na Guiné já era visivelmente desfavorável a Lisboa. Coerente até morrer, na véspera do seu trágico assassinato, concluía o relatório que iria apresentar na 20.ª Sessão do Conselho de Ministros da OUA, no qual reafirmava: «*Somos pelo diálogo. Mas, até agora, o Governo Português não quis dialogar senão por meio das armas. Contudo, estamos prontos a negociar, não importa em que momento, tendo em vista a plena soberania do nosso povo (...)*». Neste relatório como que pré-anunciava a declaração unilateral da independência da República da Guiné-Bissau, que haveria de ser proclamada em Setembro de 1973 na zona libertada de Madina do Boé e da qual, fatidicamente, Amílcar Cabral seria o grande ausente. O Estado Português, até ao 25 de Abril de 1974, sempre ignorou as propostas de soluções negociadas que os movimentos de libertação e, nomeadamente o PAIGC, lhe dirigiram. Mas os movimentos de libertação viriam a terminar com sucesso a sua luta enquanto o Estado português, colonialista intransigente, acabaria vítima da sua própria cegueira. A guerra acabara por se virar contra si. Salazar optara pela guerra, em 1961, como condição para que o regime pudesse sobreviver. No final do regime, quando este agonizava, Marcello Caetano invocava a necessidade da sobrevivência do regime e a recusa de qualquer abertura política como condição para que a guerra pudesse prosseguir. O regime não sobreviveu e a guerra acabou. A guerra não foi o único, mas foi o principal factor que ditou o fim da ditadura colonial. E Amílcar Cabral previu-o. O sociólogo guineense Carlos Lopes, hoje quadro destacado da ONU, na sua comunicação ao Simpósio Amílcar Cabral na cidade da Praia a que já nos referimos, recordou que «*Cabral defendia que o colonizador acabaria por ser libertado pelo colonizado (...)*», o que terá levado o professor francês Gérard Chaliand, especialista em assuntos estratégicos, a afirmar que o 25 de Abril de 1974 em Portugal foi o último

triunfo de Amílcar Cabral.

Na sua conferência na UNESCO de Julho de 1972, já atrás citada, o fundador do PAIGC abordava esta questão com enorme lucidez. Vale a pena citá-lo: «*No seio da classe dos representantes da potência colonial e da opinião metropolitana, o primeiro efeito da luta de libertação (...) consiste num sentimento geral de espanto, de surpresa e incredibilidade (...). O progresso da luta e os sacrifícios impostos pela necessidade da repressão colonialista, policial e/ou militar, provocam uma cisão no seio da classe colonial e na opinião metropolitana, reflectida por tomadas de posição diferenciadas, mesmo divergentes e pelo aparecimento de novas contradições políticas e sociais*». E continua mais adiante, revelando como estava atento ao que se passava em Portugal: «*A partir do momento em que a luta se impõe como uma realidade irreversível (...) uma mudança qualitativa opera-se na opinião metropolitana que, na sua maioria, aceita progressivamente a possibilidade, senão mesmo a fatalidade da independência da colónia (...). Apesar de uma minoria activa, agarrada aos seus interesses e preconceitos, poder continuar, durante todo o conflito, a recusar o direito à independência (...)*». Pondo em relevo que na etapa decisiva do conflito a potência colonial se vê obrigada a reconhecer e aceitar a equivalência das culturas, através da aplicação de uma política demagógica de promoção económica e social e de desenvolvimento cultural, conclui que este progresso «*(...) pode ter implicações importantes, mesmo transcendentais, na vida e na evolução política da potência imperialista e colonial (...)*».

O mesmo fenómeno é reconhecido por Amadou M'Bow, na comunicação ao Simpósio Amílcar Cabral que já atrás citámos, quando se refere ao fim do regime em Portugal: «*(...) regime ditatorial instaurado por Salazar (...) que a luta dos movimentos de libertação africanos tinham contribuído para enfraquecer e derrubar*».

4. Amílcar Cabral foi capaz de conciliar, na

sua vida de luta e militância por uma causa, o homem de acção com o pensador, o líder político e militar com o intelectual e teorizador. Por isso, para além do nacionalista revolucionário foi reconhecido como o cidadão de África e do mundo. Deixou registos escritos e orais da sua fértil reflexão e parte dela reuniu sob o título "Palavras de Ordem". João Paulo Guerra escreveu no livro *Memória das Guerras Coloniais* que, sendo o conjunto das Palavras de Ordem «*(...) uma síntese do pensamento mais original do líder guineense, passou a constituir um clássico da doutrina política e militar da guerra de libertação*». Alguns desses pensamentos tornaram-se princípios doutrinários da guerra de guerrilhas, como "ter consciência da situação da luta em cada momento", "esperar o melhor mas preparar-se para o pior", "fazer de cada combatente um militante exemplar" e "os guerrilheiros são a força principal da luta armada sempre em íntima colaboração com o povo e com o exército popular". São princípios que vertem de outros líderes da guerra de guerrilhas que salientaram a ligação povo-guerrilheiro (o guerrilheiro depende do povo como o peixe da água), ou que a táctica da guerrilha assenta na flexibilidade e na surpresa, na mobilidade e na rapidez (foge se o inimigo avança, ataca se o inimigo recua, flagela se o inimigo repousa, aparece onde e quando não é esperado), que o guerrilheiro é o cidadão armado (combate por convicção), que a guerrilha tem os trunfos da informação (está em toda a parte) e do conhecimento do terreno (está na sua casa), ou que a luta de libertação é uma guerra prolongada (pode suportar sucessivas derrotas tácticas até vir a conseguir a vitória estratégica final). Os militares portugueses verificaram, por experiência própria, que o PAIGC foi de todos os movimentos de libertação que enfrentaram o que melhor soube aplicar os princípios da guerra de guerrilhas.

Por outro lado Cabral compreendeu as am-



biguidades dos comportamentos de muitos Estados face às lutas de libertação e advertiu para as consequências futuras. As críticas amargas que, em muitos países do chamado mundo ocidental que não souberam fazer as correctas opções, foram dirigidas às relações externas e apoios com que os novos Estados independentes vieram a contar, apenas revelam indesculpável distração ou gritante ignorância, para usar uma terminologia suave. Amílcar Cabral deixou avisos premonitórios, como o de 1964 que Jacques Amalric cita: «*Amanhã é em função do comportamento de cada um face à nossa luta que estabeleceremos relações com outros povos*». Outra coisa não quis dizer o eminente professor norte-americano e especialista em assuntos africanos John Marcum, quando já depois das independências das colónias portuguesas, sobre o caso especial de Angola, mas que é extensivo à generalidade das colónias, escreveu: «*Os Estados Unidos têm de se conformar com o facto de terem apoiado o anterior regime colonial e de deixarem que os seus interesses em Angola após o golpe se tornassem suspeitos e pouco convincentes para muitos africanos*».

Cabral percebeu ainda que a descolonização era um processo longo e faseado, protagonizado pelo colonizado e não pelo colonizador e que não se confundia com uma mera transferência do poder. Iniciara-se com a resposta à implantação do próprio colonialismo, ia-se desenvolvendo com o aprofundamento deste começando por formas de oposição à ocupação, por formas de resistência passiva contra a discriminação, contra o trabalho forçado, contra o imposto de palhota, contra as deslocalizações obrigatórias, até desembocar na luta armada de libertação.

É por tudo isto que não se estranha o elevadíssimo conceito que Amílcar Cabral conquistou entre todos aqueles que reconheceram na saga da libertação dos povos africanos uma das lutas mais desiguais logo, mais heróicas da segunda

metade do século XX. E, muito em especial, entre os seus companheiros africanos. Amadou M'Bow sublinhou que a vida, o pensamento e a acção de Cabral pertencem à história da África do século XX e muitos consideram mesmo que a sua metodologia de análise superou a de símbolos da libertação africana como Frantz Fanon ou Kwame Nkrumah.

Esta sua dimensão, que ultrapassa a do fundador do PAIGC, a do participante na unidade da luta dos nacionalistas das várias colónias portuguesas e se projecta à escala global, está bem expressa na mensagem que o primeiro presidente da Argélia independente, Ahmed Ben Bella, que bem o conheceu e com ele privou, enviou ao Simpósio Amílcar Cabral onde não pôde estar fisicamente presente: «*Era um Grande Homem. À sua modéstia e à sua integridade de militante, juntava uma grande inteligência e uma vasta cultura. O que fazia dele um verdadeiro teorizador da libertação de África*». Que melhores palavras poderiam caracterizar a figura do combatente da libertação colonial e do cidadão africano?

Amílcar Cabral morreu cedo, excessivamente cedo, barbaramente assassinado quando estava prestes a atingir com êxito a meta da longa caminhada em que empenhou a sua vida. Deixou uma herança intelectual e de aplicação prática da sua experiência de luta que é reconhecida em todo o mundo, mas particularmente em África, como um património incontornável na reflexão sobre a libertação dos povos africanos. Infelizmente é no seu próprio país que a dramática sucessão de incidentes e conflitos que marcam o dia-a-dia da actualidade, mostra como o assassinato do homem que, certamente, teria um papel fundamental na fundação e edificação do Estado independente da Guiné-Bissau, não foi apenas um crime contra uma pessoa, mas o foi contra um povo e contra um continente. Foi um crime contra a humanidade.



# Bibliografia

- AMALRIC, Jacques - "Le colonialisme portugais et la France", Frères du Monde n.º 48, Frères du Monde, Bordeaux, 4.1967
- CASTANHEIRA, José Pedro - Quem mandou matar Amílcar Cabral?, Relógio d'Água Editores, Lisboa, 1995
- GUERRA, João Paulo - Memória das guerras coloniais, Edições Afrontamento, Porto, 1994
- MARCUM, John - "Lessons of Angola", Foreign Affairs n.º 3, Washington, April, 1976



# Notas

\*Trabalho originalmente apresentado na conferência "VIII Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana. África de Língua Portuguesa, 30 Anos de Independências", organizada pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Maio de 2005.



**Autor:** Pedro de Pezarat Correia

**Título:** Amílcar Cabral, o combatente da libertação colonial e o cidadão africano

**Editor:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Colecção:** e-Working Papers

**Edição:** 1ª (Set/2007)

**ISBN 13:** 978-989-95426-4-8

**Localização:** <http://www.africanos.eu>

**Composição:** CP

**Referência bibliográfica:**

CORREIA, Pedro de Pezarat . 2007. Amílcar Cabral, o combatente da libertação colonial e o cidadão africano. In *e-Working Papers CEAUP*. ISBN: 978-989-95426-4-8. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. <http://www.africanos.eu>

**Preço:** gratuito na edição electrónica, acesso por importação.

**Solicitação ao leitor:** Transmita-nos ([ceaup@letras.up.pt](mailto:ceaup@letras.up.pt)) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o CEAUP ([ceaup@letras.up.pt](mailto:ceaup@letras.up.pt)).